

Dos bastidores à *mise-en-scène* na esfera pública: uma análise dos discursos sobre o cerceamento da liberdade de expressão em matérias jornalísticas¹

Nara Lya Simões Caetano Cabral²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender como a imprensa se posiciona, atualmente, diante da censura e da liberdade de expressão – princípio que constitui seu grande pressuposto de ação. Para isso, adotamos como referencial teórico-metodológico as proposições de Michel Foucault sobre a análise arqueológica do discurso. De modo correlato, pretendemos entender como se configuram os saberes acerca da censura presentes na sociedade que emergem nas páginas da imprensa. Nosso *corpus* é composto por matérias publicadas, entre 2007 e 2011, em três veículos jornalísticos de circulação nacional (*Folha de S. Paulo*, *Veja* e *Brasil de Fato*). Este artigo diz respeito às principais constatações obtidas em Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Jornalismo realizado na Escola de Comunicações e Artes da USP, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Mayra Rodrigues Gomes.

Palavras-chave

Censura; Discursos; Jornalismo; Liberdade de expressão; Análise arqueológica.

Introdução

A liberdade de expressão, enquanto princípio democrático, constitui um dos pressupostos de ação da imprensa, sua “bandeira” maior. Assim, o próprio nascimento do jornalismo está atrelado ao surgimento da democracia moderna, do capitalismo, dos ideais de cidadania, de igualdade jurídica, de liberdade. Ele aparece, no século XVIII, com a função de defensor e porta-voz da mentalidade que ascendeu com a derrocada do Antigo Regime e com a queda do Absolutismo (Bucci, 2000, p.10).

Na verdade, o princípio da liberdade já estava presente no nascimento da esfera pública. O debate racional e livre, a ruptura com o Estado, o propósito de crítica – todos esses elementos evidenciam a busca de independência no espaço público. Da mesma forma, a gênese da imprensa está ligada ao advento da modernidade, vinculando-se a conquistas como o surgimento do Estado de direito, da democracia e do estabelecimento dos direitos civis. A liberdade de expressão, assim como o jornalismo, emerge no bojo dessas transformações – de dimensões políticas, sociais, econômicas, filosóficas.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo (DT 01) da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, realizado de 3 a 7 de setembro de 2012.

² Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP. Foi bolsista de iniciação científica da Fapesp junto ao projeto temático “Comunicação e Censura – análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Castilho Costa, atuando no eixo de pesquisa “Liberdade de Expressão: Manifestações no Jornalismo”, sob responsabilidade da Prof.^a. Dr.^a. Mayra Rodrigues Gomes. E-mail: naralyacabral@yahoo.com.br

É possível observar, nesse sentido, que os valores da democracia e da liberdade de expressão cruzam-se com a consolidação do papel da imprensa na sociedade democrática. Nesse sentido, tendo em vista a ideia de que, na democracia, o poder emana do povo e é exercido em seu nome, Eugênio Bucci afirma que “sem o livre fluxo de informações e opiniões, o regime democrático não funciona, a roda não gira. A delegação do poder e o exercício do poder delegado dependem do compartilhamento dos temas de interesse público entre os cidadãos” (Bucci, 2009, p. 113).

Nesse processo, a fim de tornar a democracia mais “inclusiva”, de fazer com que o acesso à informação seja expandido e de garantir a transparência na gestão da coisa pública, é fundamental que a liberdade de imprensa e de expressão seja preservada.

Assim fica claro, portanto, que a liberdade de expressão constitui um princípio basilar à própria configuração e à atividade da imprensa, tal qual a conhecemos hoje. Por conseguinte, a ação da censura incide sobre pressupostos de ação do jornalismo, procurando conter o fluxo de informações na esfera pública. Diante de tal conjuntura, parece-nos relevante traçar algumas perguntas acerca do posicionamento assumido pelo jornalismo, atualmente, frente à censura e à liberdade de expressão.

Pois a censura continua a existir, mesmo após o fim da ditadura militar, ainda que sob novas roupagens, como forma de permanência das arbitrariedades do poder. Desse modo, devemos indagar como os jornais se posicionam hoje diante de episódios censórios. E mais: quais são as concepções (ou os discursos) a respeito da censura presentes em nossa cultura que emergem nas páginas da imprensa? São estas perguntas que procuraremos responder nas próximas páginas.

É no quadro desses questionamentos que se insere o presente artigo, que abarca as principais constatações obtidas em meu Trabalho de Conclusão de Curso realizado no Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), sob orientação da Prof^a. Dr^a. Mayra Rodrigues Gomes. Além disso, este trabalho nasce de minha experiência como pesquisadora de iniciação científica conduzida junto ao Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura (NPCC) da ECA-USP, com orientação da mesma professora.

Esta pesquisa parte do rastreamento de matérias jornalísticas sobre a censura, publicadas entre 2007 e 2011, em três veículos jornalísticos representativos de projetos editoriais muito distintos entre si: o jornal diário *Folha de S. Paulo*; a revista *Veja*; e o jornal de veiculação semanal *Brasil de Fato*.

A análise das matérias jornalísticas tem como base conceitos e procedimentos descritos como parte do arcabouço “arqueológico” de análise do discurso, proposto por Michel Foucault. Assim, os textos serão tomados como acontecimentos discursivos, em sua irrupção histórica. Eles constituem vestígios materiais que servem de base à escavação de plataformas culturais, saberes e condições sócio-históricas que possibilitam a emergência de determinados enunciados e discursos sobre a censura e a liberdade de expressão.

Com tudo isso em vista, pontuaremos, no próximo tópico, as principais etapas metodológicas percorridas no trajeto desta pesquisa.

Percurso metodológico

Para realizar o rastreamento de referências à censura junto a matérias jornalísticas, foram selecionados, como foco de observação, veículos de imprensa com propostas editoriais e trajetórias distintas, escolhidos a partir de sua representatividade social. Assim, as três publicações selecionadas (*Folha de S. Paulo*, *Veja* e *Brasil de Fato*) são significativas no que diz respeito à diversidade de perfis editoriais, já que cada uma possui peculiaridades históricas e propostas distintas de enquadramento da realidade.

Quanto ao recorte temporal adotado nesta pesquisa – isto é, de janeiro de 2007 e dezembro de 2011 –, temos um período relativamente extenso e situado próximo à atualidade. Nesse sentido, esse período de observação foi escolhido para que pudéssemos obter uma amostra ampla das manifestações sobre a censura presentes hoje no jornalismo brasileiro. Trata-se de um intervalo suficientemente extenso para permitir a identificação de padrões temáticos e regularidades discursivas nas matérias jornalísticas analisadas.

A partir desses critérios, chegamos a uma amostra abrangente da atual produção jornalística brasileira impressa, em termos do número de edições pesquisadas e da diversidade editorial representada pelas publicações. O critério fundamental de seleção das matérias foi a de que elas abordassem o assunto “censura” como elemento central de elaboração da pauta. Para realizar as buscas, adotamos a palavra-chave “censura”. Chegamos, assim, a 557 matérias jornalísticas.

Com base em operações de tabulação e categorização das matérias jornalísticas que compõem o *corpus* da pesquisa³, em função de diferentes eixos de classificação, pudemos

³ Com o objetivo de identificar os principais aspectos que caracterizam as matérias jornalísticas que compõem nosso *corpus*, foram adotados diferentes “eixos” de categorias, a saber: (a) Gêneros das matérias; (b) Macrotemáticas das matérias; (c) Local onde ocorre a censura; (d) Época em que ocorre a censura; (e) Formas de censura; (f) Objetos sobre os quais incide a censura.

mapear as principais características, em termos de gêneros textuais e aspectos temáticos, do material empírico. A partir dessas primeiras leituras acerca do *corpus*, que fornecem um domínio mais detalhado do material empírico, pudemos definir novos recortes a fim de delimitar fatos de significação para a análise discursiva.

Assim, optamos por isolar apenas notícias e reportagens que abordam casos de censura ocorridos no Brasil e no presente, chegando a 194 textos. Delimitamos, então, uma parcela correspondente a cerca de 10% desse total – ou seja, vinte matérias. Com esse recorte, mantém-se ainda a representatividade da amostra e, ao mesmo tempo, obtém-se uma quantidade mais concentrada de textos que serão foco de análise mais detalhada.

Os vinte textos escolhidos como foco da análise discursiva distribuem-se entre os veículos jornalísticos da seguinte maneira: dez textos da *Folha de S. Paulo*, sendo dois de cada ano pesquisado; cinco textos da *Veja*, sendo um de cada ano; e cinco textos do *Brasil de Fato*, sendo um de cada ano⁴. A escolha individual dessas matérias foi feita por amostra aleatória, composta por textos pertencentes às categorias temáticas mais frequentes em cada ano e em cada publicação⁵.

Com essa base metodológica, pudemos proceder à discussão mais detalhada acerca das matérias jornalísticas que representam os aspectos temáticos mais marcantes de nosso *corpus*, de modo a compreender como o jornalismo aborda a prática censória hoje.

A abordagem arqueológica do discurso

A fim de melhor compreender como a temática da censura é abordada em mensagens veiculadas pela imprensa e tendo em vista que a prática jornalística é essencialmente discursiva, mobilizaremos neste trabalho formulações teórico-metodológicas acerca do discurso e das formas de cotejá-lo propostas na obra de Michel Foucault. Nesse trajeto, adotaremos as considerações desse autor sobre o método de análise arqueológica do discurso como principais referenciais metodológicos.

Nesse sentido, as matérias jornalísticas poderão ser tomadas como acontecimentos discursivos, em sua irrupção histórica. Elas constituem vestígios materiais, que – como na investigação do arqueólogo, que busca entender as culturas e os modos de vida de

⁴ Tais escolhas procuram delimitar um universo de análise representativo das produções de cada veículo jornalístico. Nesse sentido, estipulamos uma matéria por ano, para cada veículo, como número mínimo a ser analisado. Além disso, optamos por escolher o dobro de matérias da *Folha*, em comparação aos outros dois veículos pesquisados, em razão do maior número total de matérias levantadas nesse jornal.

⁵ Dentro do recorte “eliminatório” a que aludimos (composto por notícias e reportagens que tratam de casos de censura no Brasil e no presente), realizamos novos recortes a fim de abarcar as categorias majoritárias dentro dos eixos de classificação relativos aos tipos e objetos da censura.

civilizações passadas – servem de base à análise e à escavação de plataformas culturais, saberes e condições sócio-históricas que possibilitam a emergência de determinados enunciados e discursos (e não outros) sobre a censura.

Foucault nunca se vinculou à Análise do Discurso enquanto campo disciplinar. Apesar disso, em suas análises, ele procurou mostrar que há, em discursos como o da história natural, “regras de formação dos objetos (que não são regras de utilização das palavras), regras de formação dos conceitos (que não são leis de sintaxe), regras de formação das teorias (que não são regras de dedução nem regras teóricas)”. Segundo o autor, “são essas regras, postas em ação por uma prática discursiva em um momento dado, que explicam que tal coisa seja vista (ou omitida), que ela seja enfocada sob tal aspecto e analisada em tal nível, que tal palavra seja empregada com tal significação e em tal tipo de frase” (Foucault, 1969 *apud* Gregolin, 2006, p. 76).

Para Foucault, é preciso deixar de lado categorias que mantêm a ideia de continuidade, como “tradição”, “influência”, “desenvolvimento”, “evolução”. Ele quer “deixar falar” somente o discurso, “ficar no nível das coisas ditas”, de modo a definir “os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (Foucault, 1986: 182 *apud* Gregolin, 2006, p. 86).

Nesse sentido, a análise arqueológica dos enunciados e das formações discursivas pretende determinar os princípios segundo os quais emergiram os únicos conjuntos significantes que foram enunciados – e nenhum outro no lugar deles (FOUCAULT, 2008: 135). É que o método arqueológico busca entender os “acontecimentos discursivos” – isto é, o as sequências efetivamente formuladas –, investigando as condições histórico-sociais que tornaram possível sua emergência.

Os acontecimentos discursivos devem ser tomados como uma “população de acontecimentos dispersos”, de modo que se possam explicar as novas configurações do saber, em sua heterogeneidade, as quais aparecem e desaparecem a todo momento (Gregolin, 2006, p. 87). É assim que o enunciado (unidade elementar do discurso) deve ser compreendido em sua singularidade (irrupção histórica) e, também, em função de suas articulações com outros enunciados (Gregolin, 2006, p. 88).

Isto posto, temos que o que transforma um ato de fala em um enunciado é, justamente, a “função enunciativa”, ou seja, o fato de ele ser produzido por um sujeito em um lugar institucional e de acordo com determinadas regras sócio-históricas. Portanto, por estar preocupada com a historicidade, a análise arqueológica não se debruça sobre as frases

atômicas, consideradas em sua lógica interna, mas sim sobre o “campo de exercício da função enunciativa”: suas regras de controle, suas condições de emergência, as relações estabelecidas com os sujeitos, com a história e com a própria materialidade do enunciado (Gregolin, 2006, p. 90).

Dessa forma, o enunciado deve ser visto sempre como algo historicamente determinado. Além disso, os enunciados estão sempre em correlação; todo enunciado “tem margens povoadas de outros enunciados” (Foucault, 1986, p. 112 *apud* Gregolin, 2006, p. 93). Dessa forma, todo enunciado, para fazer sentido, correlaciona-se sempre a um “campo subjacente” ou “campo associativo”, travando relações com formulações que com ele coexistem em um mesmo espaço historicamente delimitado.

Nesse sentido, devemos observar que o enunciado se constitui, ao mesmo tempo, enquanto singularidade e repetição e sua análise deve levar em conta a dispersão e a regularidade dos sentidos produzidos. Trata-se de descrever um conjunto de enunciados em suas singularidades, de modo a apontar a dispersão desses sentidos e, paradoxalmente, detectar regularidades, ordens em seu aparecimento, correlações, reiterações etc. Podemos invocar, neste ponto, o conceito de “formação discursiva” proposto por Foucault:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistemas de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (Foucault, 1986, p. 43 *apud* Gregolin, 2006, p. 90).

Sendo o discurso um conjunto de enunciados, e sendo os enunciados “performances verbais em função enunciativa”, o conceito foucaultiano de discurso pressupõe a ideia de “prática”. Logo, para a arqueologia, é fundamental estudar as “práticas discursivas”, isto é, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 1986, p. 136 *apud* Gregolin, 2006, p. 95).

Por tudo isso, segundo Foucault, quando for possível enxergar, diante da dispersão de enunciados, “regularidades de acontecimentos discursivos”, estaremos diante de sua “positividade”, que desempenha o papel do que se poderia chamar de um “*a priori* histórico”. Ou seja: as condições de emergência dos enunciados, as regras de sua

coexistência com outros, os princípios segundo os quais aparecem e desaparecem etc. (Gregolin, 2006, p. 91).

Feitas tais considerações, pudemos pontuar, ainda que brevemente, alguns conceitos fundamentais de Michel Foucault para a análise arqueológica do discurso. Esses conceitos firmam as bases para as nossas reflexões em torno das matérias jornalísticas sobre censura, como procuraremos trabalhar nas próximas páginas deste artigo. Vejamos, então, os principais traços distintivos do enquadramento da temática do cerceamento da liberdade de expressão em cada um dos três veículos jornalísticos em foco⁶:

***Folha de S. Paulo*: o jornalismo como “cão de guarda” do Estado**

Em todas as matérias da *Folha de S. Paulo* analisadas, a temática da censura é abordada a partir de um enfoque que procura conferir espaço aos diferentes “lados” (ou argumentos) envolvidos nos episódios noticiados. Tal aspecto deve ser entendido à luz da proposta editorial do jornal, voltada ao exercício de um jornalismo “pluralista”.

Além disso, em todas as matérias estudadas, é possível identificar que o jornal assume determinados posicionamentos – ainda que os textos se construam a partir da busca de efeitos de neutralidade. Essa posição volta-se à defesa da liberdade de expressão e dos princípios democráticos, rechaçando ações que representem risco de censura.

Esse posicionamento está relacionado, primeiramente, ao direcionamento editorial assumido pelo próprio veículo – que se projeta enquanto “um jornal a serviço do Brasil”, como afirma seu *slogan*, e que desde a campanha das Diretas-Já procura se afirmar como grande defensora da democracia. Além disso, a tomada de posição pela *Folha* está relacionada ao lugar institucional do próprio jornalismo, enquanto instância historicamente nascida como voltada à mediação do debate público e à informação dos cidadãos para a tomada de decisões, princípios calcados no ideário democrático.

Outro aspecto importante do posicionamento da *Folha* frente à censura nas matérias analisadas diz respeito à afirmação do Estado como grande condutor de ações censórias – seja por meio do Judiciário, do Ministério da Justiça ou da Promotoria Eleitoral. Em todos os textos estudados, verificamos o estabelecimento dos contrapontos “Estado *vs.* imprensa” ou “Estado *vs.* meios de comunicação”.

⁶ Em função da limitação de espaço, optamos por não apresentar, neste artigo, as análises individuais de cada uma das matérias jornalísticas estudadas. Em lugar disso, procuraremos traçar um quadro que abranja os principais aspectos observados no conjunto dos textos de cada publicação enfocada.

Esse posicionamento de “vigilância” assumido pelo jornal diante do Estado tem respaldo no papel de “cão de guarda” assumido pelo jornalismo, de modo geral, e de maneira bastante acentuada no caso da *Folha*. Isso porque, dentre os princípios consagrados nos Estados Unidos que inspiraram o Projeto Folha, inclui-se justamente a ênfase no papel de “watchdog” da imprensa. Tal concepção, por sua vez, corresponde a um discurso sobre o próprio jornalismo e sua função de informar e mediar o debate público na sociedade, posicionando-se sempre ao lado dos interesses do povo. Esse discurso atravessa muitas das matérias analisadas, correlacionando-se com os enunciados sobre a censura e afirmando, assim, a importância de se garantir a liberdade de imprensa para a qualidade do debate público e da própria democracia.

Por fim, podemos destacar mais uma especificidade do tratamento conferido pela *Folha* à temática da censura. Trata-se da demarcação de uma posição crítica em relação à instituição de formas de regulação dos meios de comunicação pelo Estado – como fica muito evidente em matérias que se referem à Lei de Imprensa. Na verdade, esse posicionamento aparecerá também (e de maneira mais intensa) nas matérias da *Veja*, como veremos no próximo tópico. Já no *Brasil de Fato*, como veremos mais adiante, há a afirmação de uma posição bastante diferente.

***Veja*: a censura no campo de batalha da política**

Um primeiro traço marcante das matérias da revista *Veja* analisadas diz respeito ao fato de que, assim como no caso da *Folha*, a revista também apresenta um posicionamento voltado à defesa da liberdade de expressão e dos princípios democráticos, rechaçando qualquer ação que represente risco de censura.

Devemos observar, desse modo, que essa tomada de posição está relacionada ao lugar institucional do jornalismo e tem como base um discurso acerca do papel da imprensa, enquanto instância fundada como voltada à mediação do debate público e à informação dos cidadãos para a tomada de decisões, princípios calcados no ideário democrático.

Outro ponto de contato entre os enunciados sobre a censura presentes nas páginas de *Veja* e *Folha de S. Paulo* diz respeito à afirmação do Estado como grande condutor de ações censórias – seja por meio da ação de juízes, do Ministério da Justiça ou da conduta do próprio executivo, representado na figura do presidente Lula. Verificamos, pois, o a existência dos contrapontos “Estado vs. imprensa” ou “Estado vs. meios de comunicação”.

Além disso, a revista centraliza as discussões a respeito da censura e das ameaçadas à liberdade de expressão no cerceamento ao jornalismo. Assim, em todas as matérias analisadas, invoca-se a ameaça de controle aos profissionais de imprensa, ainda que este não seja o tema central da pauta.

A imprensa aparece, pois, como espaço privilegiado de exercício da liberdade de expressão, haja vista sua função de informar a sociedade e mediar o debate na esfera pública. O que está pressuposto, nessa tomada de posição, é um discurso sobre o próprio jornalismo e sua função de mediador do debate público na sociedade democrática.

Nesse sentido, cabe observar que tal posicionamento aparece também em muitas matérias da *Folha de S. Paulo* analisadas, embora sua demarcação seja mais explícita no caso da *Veja* – como parece evidenciar o fato de que, na revista, o emprego da expressão “liberdade de imprensa” é mais frequente do que “liberdade de expressão”.

Outra particularidade importante observada nas matérias de *Veja* analisadas diz respeito ao fato de a censura ser representada no centro do campo de batalha das disputas políticas. Em várias passagens, a ausência de legitimidade e a inaceitabilidade da censura são associadas à arbitrariedade de ações do governo segundo interesses ideológicos ou partidários específicos.

Podemos considerar tal enfoque como um traço distintivo de *Veja* porque, ainda que a censura costume ser representada no terreno da política e das ações governamentais, o que nos parece específico da revista aqui analisada é a ênfase por ela conferida aos posicionamentos partidários em torno desse tema, remetendo à oposição “esquerda vs. direita” e traçando críticas que se direcionam, sobretudo, ao governo petista. Além disso, são invocados discursos sobre a censura e a liberdade de expressão, baseados em valores democráticos, a fim de legitimar determinadas posições políticas que são assumidas de antemão pela revista.

***Brasil de Fato*: o imperativo de “libertar” a liberdade de expressão**

Um primeiro traço marcante das matérias do *Brasil de Fato* analisadas diz respeito ao fato de que, assim como no caso da *Folha* e da *Veja*, o jornal também apresenta um posicionamento voltado à defesa da liberdade de expressão e dos princípios democráticos, tendo como pressuposto a falta de legitimidade da censura. Dessa forma, esse direcionamento permeia os enunciados sobre censura presentes nos três veículos jornalísticos analisados neste trabalho.

Essa tomada de posição está relacionada ao lugar institucional do jornalismo, enquanto voltado à defesa dos princípios democráticos que o alimentam. Dessa forma, ainda que nas matérias do *Brasil de Fato* a defesa da liberdade de imprensa não tenha a mesma centralidade que podemos observar nos demais veículos estudados (e neste ponto está um primeiro traço distintivo do jornal), o fato de essa publicação posicionar-se em defesa da democracia evidencia a filiação a um ideário acerca do jornalismo enquanto instância de reivindicação de valores democráticos e da cidadania.

Porém, ainda que o *Brasil de Fato* posicione-se em defesa da liberdade de expressão tomando como base valores democráticos, devemos sublinhar que o caminho percorrido por seus argumentos é diferente daquele observado nos demais veículos analisados – temos, neste ponto, o segundo traço distintivo fundamental do jornal.

Isso porque, na *Folha* e na *Veja*, observamos a demarcação de um posicionamento, perpassando todas as matérias analisadas, que diz respeito à defesa da livre expressão dos meios de comunicação a partir da garantia de independência em relação aos órgãos estatais. Já no *Brasil de Fato*, a defesa da liberdade de expressão passa pela defesa de modificações na própria configuração da comunicação.

Nesse sentido, o jornal veicula enunciados favoráveis à reivindicação de reformas e mecanismos de regulação governamentais capazes de assegurar que o caráter público da comunicação sobreponha-se à orientação mercadológica das empresas de mídia comerciais.

Em tais enunciados, está pressuposta uma posição de sujeito que se contrapõe às empresas de comunicação hegemônicas, defendendo uma gerência mais rigorosa do Estado sobre a regulação da comunicação. O que está em jogo, nesse caso, é a afirmação de uma oposição à orientação mercadológica das empresas de comunicação, por meio da sustentação do caráter público das empresas midiáticas.

Assim, temos a demarcação de um posicionamento que perpassa, de modo mais ou menos explícito, todas as matérias do *Brasil de Fato* analisadas. Trata-se da ideia de que, para que se chegue à “verdadeira” liberdade de expressão, é preciso “libertá-la” de sua atual configuração na sociedade brasileira, em que a chamada genericamente “grande mídia”, orientada por princípios mercadológicos e graças a seu poder econômico, ocupa lugar privilegiado de exercício e garantia dessa liberdade.

A conexão estabelecida com o ideário da democracia é, assim, atravessada por enunciados (ou, ainda, por um discurso circulante) que reivindicam a democratização das comunicações. Tal dado está atrelado à própria linha editorial do *Brasil de Fato*, enquanto

representante da imprensa alternativa, voltando-se à promoção de uma “contracomunicação” e de uma configuração mais democrática da informação.

É interessante notar, por tudo isso, que o *Brasil de Fato* representa um contraponto em relação aos demais veículos jornalísticos analisados. No que diz respeito à abordagem da censura, sobretudo quanto à definição do que configura ou não prática censória, é possível observar, em alguns momentos, a demarcação de posicionamentos opostos em relação àqueles assumidos por *Folha de S. Paulo* e *Veja*. Não obstante, vale lembrar que a defesa da liberdade de expressão e a oposição à censura (ainda que o que se entende por “censura” possa variar entre os veículos) constitui um ponto comum às três publicações.

Com isso em vista, podemos apontar que se estabelecem, entre os veículos de imprensa em foco, verdadeiras “batalhas discursivas” (Gregolin, 2006, p. 93). Esses embates, verificados sobretudo no contraponto entre *Brasil de Fato*, de um lado, e *Veja* e *Folha de S. Paulo*, de outro, evidenciam a existência de diferentes vieses de posicionamento acerca das formas de exercício de censura e das estratégias de garantia da liberdade de expressão na esfera pública atual.

Devemos lembrar, neste ponto da discussão, as proposições de Foucault acerca das articulações entre os enunciados, sempre pressupostas na emergência dos acontecimentos discursivos. É que todo enunciado “tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (Foucault, 1986, p. 112 *apud* Gregolin, 2006, p. 92). Para fazer sentido, um enunciado correlaciona-se com outras formulações presentes em um mesmo campo historicamente delimitado – seja para repeti-las, reforçá-las ou confrontá-las (Gregolin, 2006, p. 93).

É exatamente essa formação de articulações – em alguns momentos, voltadas à reiteração, em outros tantos, direcionadas ao estabelecimento de confrontos – que se observa entre os enunciados sobre censura e liberdade de expressão presentes nas páginas dos veículos de imprensa analisados nesta pesquisa.

Conclusões: a censura em pauta

Como vimos, cada veículo jornalístico analisado apresenta particularidades de enfoques sobre a temática da censura. Essas especificidades correspondem à existência de diferentes discursos atravessando as páginas das publicações, implicando em diferentes modulações dos enunciados sobre a prática censória e a liberdade de expressão.

Não obstante, é possível observar também diversos pontos de contato e cruzamentos entre os três veículos de imprensa, evidenciando a existência de discursos sobre a censura e

a liberdade de expressão comuns a todos os veículos analisados. A esses discursos sobre a censura – ou discursos circulantes, se preferirmos adotar a terminologia de Patrick Charaudeau (Charaudeau, 2006, p. 118) – correspondem algumas regularidades de acontecimentos discursivos.

Pensando nisso, podemos apontar um conjunto de condições ou reiterações, todas elas interligadas e que, relacionando-se e influenciando-se mutuamente, parecem reger ou demarcar os enunciados sobre a censura nas matérias analisadas. A primeira dessas características diz respeito à afirmação do par opositivo “censura *versus*. liberdade de expressão”, de modo que o caráter negativo da censura é dado em função da importância de se garantir a liberdade de expressão, bem como a inviolabilidade desse princípio é evidenciada frente às tentativas de cerceá-lo.

Outro traço que perpassa todas as matérias analisadas refere-se à afirmação da centralidade do papel do Estado na condução e no debate de ações censórias. Tal dado indica, nos veículos de nossa seleção, uma forma específica de enquadramento da temática da censura, fundamentada em um viés predominantemente político. Isso deve ser entendido levando-se em conta a invocação de uma memória sobre a ditadura militar brasileira e o autoritarismo dos governos nessa época – invocação essa que constitui mais um aspecto que atravessa todas as publicações analisadas.

Observamos, assim, a existência de uma “memória discursiva” sobre a censura, isto é, um “campo associativo” em que enunciados presentes hoje nas páginas da imprensa correlacionam-se, a fim de produzirem sentido, com uma série de formulações já assentadas em um espaço historicamente delimitado. Nesse caso, o período da ditadura militar emerge como elemento privilegiado de associação com a prática censória.

Ao associar as formas de censura exercidas hoje com os mecanismos censórios vigentes na ditadura militar, procura-se uma filiação a um discurso de resistência. Temos, aqui, mais um elemento comum aos três veículos estudados: trata-se da afirmação do papel do jornalismo e de uma identidade dos próprios jornalistas. Ao fixar, em seus discursos, o papel do Estado como grande agente condutor da censura, o jornalismo também demarca sua própria posição, afirmando-se como “cão de guarda” do governo e como esfera de resistência às arbitrariedades do poder.

Por fim, um último (e o mais importante) aspecto comum às três publicações analisadas diz respeito ao enquadramento da censura à luz de valores democráticos. Dessa forma, os enunciados sobre a censura e a liberdade de expressão apoiam-se sempre em um

saber acerca da democracia, em que se pressupõe o livre debate de ideias na esfera pública como forma de se produzir consenso acerca dos temas de interesse geral. Tal ideia fica evidente na formulação – que atravessa, em diferentes palavras, quase todos os textos analisados – acerca da censura ao jornalismo e aos meios de comunicação como prática que é prejudicial não apenas aos “censurados”, mas a todos os cidadãos. Amarra-se novamente, nesse ponto, um discurso sobre o próprio jornalismo.

Por tudo isso, devemos observar que, apesar da existência de algumas especificidades nas posições assumidas nas matérias de cada veículo analisadas, todos os enunciados sobre a censura apoiam-se em um ideário acerca da democracia, em que se afirma o caráter fundamental da liberdade de expressão. O que está implicado, nesse aspecto, é um saber acerca da esfera pública enquanto espaço de livre debate de ideias, sendo inaceitável a prática da censura. Ora, podemos apontar, neste caso, a existência de uma “formação discursiva” sobre a democracia, conceito que diz respeito:

A um conjunto de discursos chamamos de formações discursivas, quando mantêm uma linha comum, tema e ideia, que incide, regulando, sobre campos específicos. As formações discursivas se consolidam com a reiteração de temas e campos, num longo período de tempo, que promove e amarra pontos, condensação de dizeres, saberes e ações (Gomes; Cabral, 2011).

Para compreender a irrupção histórica dessa formação discursiva, devemos lembrar que o nascimento do jornalismo está atrelado ao surgimento da democracia moderna, do capitalismo, dos ideais de cidadania, de igualdade jurídica, de liberdade. Ele aparece, no século XVIII, com a função de porta-voz da mentalidade que ascendeu com a derrocada do Antigo Regime (Bucci, 2000, p. 10). O jornalismo insere-se, pois, nessa formação discursiva sobre a democracia, ligando-se a um ideário sobre a liberdade de expressão.

Nesse sentido, os discursos sobre a censura, a liberdade de expressão e a democracia, condicionando a emergência de acontecimentos discursivos, reiteram ou cristalizam temas ou objetos em nossa cultura: o papel do jornalismo, a natureza das práticas comunicacionais, os critérios postos como relevantes à discussão acerca de sua regulamentação (ou não-regulamentação), as diretrizes que devem orientar a relação do Estado com a esfera pública, o que se entende por liberdade de expressão e por censura etc. Vemos, a partir das práticas discursivas, a realização do poder em uma rede microfísica.

Ao final, então, destas considerações finais, devemos apontar que os veículos jornalísticos hoje falam – e falam muito – sobre a censura e a liberdade de expressão. Nesse

sentido, devemos chamar atenção para uma diferença fundamental observada na cobertura da imprensa acerca da censura em períodos autoritários e no atual momento do país. Pois, se sob ditaduras a discussão sobre a censura fica encoberta pelo silêncio, hoje ela está “saindo das coxias e sendo encarada como um ator reconhecido nas tramas midiáticas” (Paganotti, 2012, p. 8). A censura, colocada em pauta nos dias de hoje, deixa os bastidores do poder e é trazida à tona como encenação na esfera pública.

Pensemos nas palavras de Patrick Charaudeau, que afirma que “as mídias não são a própria democracia, mas são o espetáculo da democracia, o que talvez seja, paradoxalmente, uma necessidade” (Charaudeau, 2006, p. 20). Por seu caráter provocativo, que convida à reflexão sobre o papel dos meios de comunicação na sociedade democrática, a ideia proposta por Charaudeau suscita alguns questionamentos relevantes a este trabalho.

Devemos, assim, nos perguntar: por o “espetáculo” da democracia (em lugar da “própria democracia”)? Primeiro, porque os discursos que atravessam e emergem na imprensa atrelam-se à realização do poder. Esses discursos estabelecem “verdades” sobre o mundo e, como diz Foucault, “a própria verdade é poder” (Foucault, 2001, p. 14). O que está em jogo é sempre a afirmação de interesses específicos – inclusive os da própria imprensa. Em nosso caso, os discursos sobre a censura e a liberdade de expressão terminam por firmar o lugar e a identidade dos jornalistas, enquanto esfera de resistência:

Jornais e revistas estampam, com grande orgulho, o fato de serem censuradas, uma etiqueta tanto proibida durante a opressão militar quanto indesejada, visto que a censura ainda era considerada pelo público como um necessário controle ao moralmente indesejado e ao politicamente subversivo (Paganotti, 2012, p. 8).

Além disso, nas páginas da imprensa, a democracia emerge como constante representação, construída a partir de discursos (que operam sempre como formas de realização do poder, em sua rede microfísica). O próprio papel democrático do jornalismo, como mediador na esfera pública e cão-de-guarda do Estado, é uma construção baseada em discursos assentados em nossa cultura, envolvendo a legitimação de seu lugar de fala e de sua posição institucional. Como afirma Eugênio Bucci, “os fatos jornalísticos não antecedem o discurso jornalístico” e a própria realidade é um discurso articulado em signos linguísticos (Bucci, 2003, p. 11).

Tampouco podemos nos esquecer de que as práticas não discursivas amparam-se em práticas discursivas – de modo que a própria democracia, como forma de organização político-social, deve realizar-se como discurso. É preciso que a democracia se realize como

espetáculo, na esfera pública midiaticizada, para que se realize “de fato”. Os discursos têm o poder de desenhar o mundo, desenhando também o que pode ser vivido. Segundo Mayra Rodrigues Gomes, “é preciso dizer dos discursos que eles representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido” (Gomes, 2003, p. 41).

Por isso, a passagem da censura dos “bastidores” para a *mise-en-scène* na esfera pública é fundamental à própria objetivação da democracia e dos valores que animam o jornalismo. Sem essa objetivação, os valores democráticos representam apenas um “ideal” – um belo ideal, sem dúvida, mas que precisa encarnar-se no mundo para manter-se “vivo”.

Ao falar sobre a censura, a imprensa alimenta discursos circulantes pró-liberdade de expressão e pode colocar novos discursos em circulação, alimentando embates de ideias na esfera pública. Trata-se de sujeitar a censura “à mesma inspeção crítica que ela impõe sobre nossa liberdade”, a fim de que possamos “finalmente considerar que nossa expressão está legitimamente protegida, e não somente guardada” (Paganotti, 2012, p. 22).

Referências bibliográficas

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. “Introdução: o jornalismo como ordenador”. In: GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

_____. **A imprensa e o dever da liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

MICHEL, Foucault. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

GOMES, Mayra Rodrigues; CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. “Jornalismo: uma relação com opinião pública”. **Revista Rumores** (n.º 10). São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), 2011. Disponível em: <http://www3.usp.br/rumores/pdf/rumores10_1_mayra_nara.pdf>. Acesso em 29 abr. 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

PAGANOTTI, Ivan. “A discussão da visibilidade e a revisão da censura na esfera pública”. **Anais do II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2012, pp. 1-22. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/11-4_Ivan_Paganotti.pdf>. Acesso em 07 mai. 2012.